

mi Utiyama — Israel Novaes — Jairo Azevedo — Bravo Caldeira — João Hornos Filho — João Sussuru Hirata — Castelo Branco — José Maria Costa Neves — Rocha Mendes Filho — Luciano Nogueira Filho — Marcondes Filho — Maurício Leite de Moraes — Modesto Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nagib Chaib — Norberto Mayer Filho — Abreu Sodré — Ruy Junqueira e Arminio Vasconcelos Leite.

A SRA. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

A SRA. PRESIDENTE — Presentes 32 Srs. deputados. Está aberta a sessão.

— Passa-se ao

**PEQUENO EXPEDIENTE**

O SR. ONOFRE GOSUEN — (Para reclamação) — Sra. Presidente, não havendo número regimental em plenário solicito uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. A Presidência vai mandar proceder à verificação de presença.

— É feita a chamada.

A SRA. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença 33 Srs. deputados.

Tem a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso.

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Sra. Presidente, Srs. deputados, as Associações Coligadas, reunidas no dia 16 próximo passado, elaboraram um manifesto ao povo e à classe dos servidores do Estado, fazendo uma análise dos acontecimentos da semana anterior a esse dia, esclarecendo a opinião pública sobre as suas causas maiores e concluindo por indicar, para solução da crise:

(Lê) "1.º — Anistiar e reintegrar em seus postos todos os soldados, cabos, sargentos e oficiais da Força Pública e Corpo de Bombeiros, e Guarda Civil, concedendo-lhes o reajustamento pretendido;

2.º) — Equiparar o reajustamento dos salários e vencimentos dos servidores do Executivo ao reajustamento que a Assembleia Legislativa aprovou para o seu quadro de servidores;

3.º) — Assegurar as liberdades Constitucionais, evitando toda e qualquer medida de exceção".

— (Assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré.)

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Assim, as entidades coligadas, ao aprovar este manifesto e chegando a esta conclusão colocam nos devidos termos toda a campanha que tem sido desenvolvida no seio do funcionalismo do Estado.

Por outro lado causa-nos espanto, Sr. Presidente, que o Executivo ainda não tenha contornado a crise, tendo em suas mãos todos os elementos para tal.

Já percebo, pelos telegramas de "solidariedade" que o Sr. Governador tem recebido de prefeitos incautos ou mal informados, telegramas evidentemente preparados ou insinuados pelo próprio Palácio dos Campos Elísios e mimeografados — já percebo que evocadamente está campanha de "solidariedade", que conta com "exponentes" como Octávio Marcondes Ferraz, que vive às expensas dos cofres públicos, receber os milhões e milhões de cruzeiros para prestar serviços à Light em projetos do Estado — já percebo — dizia — que essa campanha visa mistificar a população. Por isso causo-me espanto que essa campanha de "solidariedade seja feita com tal intensidade no momento. Ela tem características oficiais e visa, Sr. Presidente dar solidariedade a quem não a merece, pois o Poder Executivo, o Sr. Governador, já tendo condições para superar a crise, até o momento nenhuma medida concreta tomou.

Causa-me também estranheza que parâmetros desta Casa, como o ilustre deputado Israel Dias Novaes, deem entrançada alegação que a maioria parlamentar desta Casa votaria contra qualquer medida tendente a atender as reivindicações no projeto de lei de caráter financeiro. Trata-se de uma entrevista também encomendada pelo Sr. Governador.

Pergunto até quando a prepotência e a petulância do Chefe do Poder Executivo continuará a fomentar o desassossego e a constituir uma ameaça permanente à ordem pública!

O Sr. Governador parece que segue a tese do quanto pior melhor, convulsionando os meios administrativos, insistindo numa posição de queda moral, insustentável, convocando para o Palácio do Governo proprietários de rádios e jornais, amoldando a imprensa e impedindo-a de publicar manifestos, declarações que realmente traduzam a verdade dos acontecimentos.

Solicito, portanto, Sr. Presidente, a publicação do manifesto das Associações Coligadas.

Era o que eu tinha a dizer.

(N. Ga T. — O documento a que se refere o orador vai publicado no final da sessão).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Germinial Feijó. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, acreditamos que no balanço deste Governo da República, prestes a se findar, o trigo seja um dos setores mais abandonados da economia do País.

Figurando ao lado de tantas outras metas presidenciais, o que se fez, ou melhor, o que se deixou de fazer com referência ao precioso cereal, basta para lamentarmos uma lacuna incompreensível. O desmazelo e a desorientação desse setor, de maior importância para o abastecimento e produção de um alimento indispensável, são características que não recomendam uma administração que aspira chamar-se nacionalista.

Em consequência e por não existir, até agora, um plano sério, em que a triticultura tivesse merecido amparo oficial dos mais necessários e que a importação do produto gosse, também de benefícios prioritários, continuasse a sofrer a escassez e todos os males do não incentivo dessa produção em nosso solo.

O caso do trigo, como tantos outros, não pode ser contado apenas em um pequeno discurso. Ele se apresenta com uma longa história, cheio de episódios cada qual mais sintomático, de um processo de apodrecimento moral, que, infelizmente, avassala certos setores da nossa administração pública. Essa história se estende desde a demissão de um Ministro que ao deixar o Ministério varreu a testada com a divulgação de escandalosas negociações celebradas à custa de privilégios sem conta, até à sabotagem sistemática, praticada por certos grupos ligados à Bund and Borge, contra o aumento do plantio do trigo no Brasil.

De acordo com estimativas feitas recentemente e por imposições externas aceitas pelo Brasil, não sabemos porque razão, nossa Pátria ficou na situação de produzir apenas 300 mil toneladas, tendo de importar mais de dois milhões para suprir suas necessidades internas.

Enquanto isso o pão sobe de preço e as perspectivas de abastecimento vão se tornando cada vez mais remotas e dolorosas. O fato, entretanto, não deve causar espanto, pois, nesta República, nestes últimos anos, tudo foi possível e até a venda da dignidade nacional.

O problema do trigo, dessa maneira, ao Governo que irá empossar-se em breve, é um dos que estão exigindo imediata solução. Desejamos que essa solução seja encontrada, pois está intimamente ligada à saúde e à economia do povo brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gosuen. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Farabullini Júnior.

O SR. FARABULLINI JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o pessoal da CMTC, 10.000 trabalhadores, até hoje dia 24 de janeiro, ainda não recebeu o salário correspondente ao mês de dezembro. Veja V. Exa., vejamos os Srs. deputados o descalabro a que chegou a empresa concessionária daquele serviço público e a situação em que coloca milhares e milhares de famílias, ansiosas por poder dar cumprimento aos compromissos que assumiram para manutenção da família durante o mês de dezembro.

Mas, Sr. Presidente, se isto só ocorresse naquele setor do serviço público, em que a dilapidação dos cofres públicos constitui uma realidade, em que o desmando, a desídia, a incuria constituem realmente lugar comum na conduta administrativa dos péssimos administradores que lá se encontram; se isso tudo constituísse apenas o quadro que está diante dos nossos olhos e diante dos olhos de milhares e milhares de servidores daquela empresa, até que seria uma situação muito conhecida, pois o descalabro vem ocorrendo há quatro anos. Mas há outro ângulo da situação: enquanto ocorre esse atraso no pagamento dos salários, cerca de mil trabalhadores da CMTC recebem 12 horas por dia, trabalhando apenas oito, nas ruas, colocando faixas de publicidade do vice-prefeito de São Paulo, candidato a prefeito. Essas faixas são fabricadas nas oficinas da CMTC. Mil trabalhadores aí fora, obrigados, coagidos — e pagos também — recebem doze horas e trabalham oito, a serviço da propaganda da campanha do candidato a prefeito que é o atual vice-prefeito.

Vejam V. Exas. E enquanto isso os que trabalham realmente no volante, cobrando as passagens, e nas oficinas e que não querem participar das mazelas e da dilapidação dos cofres da Companhia, estes não recebem o seu salário

e são mesmo coagidos: ou trabalham na campanha e não recebem; ou trabalham na campanha e não podem continuar na CMTC.

É uma barbárie, Sr. Presidente, o que ocorre na empresa concessionária daquele serviço público.

Enquanto isso, está também sofrendo uma degradingada maior, isto é, estão cedendo ou concedendo linhas às empresas privadas de transporte. Mas se estivessem cedendo ou concedendo essas linhas a título precário não seria ainda nada, mesmo porque estariam prestando serviços à população paulistana. O fato é que, para conseguí-las, precisam pagar grossas propinas a determinados grupos econômicos que pretendem obter essas concessões.

Era esta a denúncia, Sr. Presidente e nobres colegas, que desejava fazer, eis que já se está tornando, já constitui a voz do povo e eu quero aqui dentro desta Casa dar cobertura aquilo que se diz lá fora, a fim de que os Anais deste Legislativo registre que no ano de 1961 havia uma administração corrupta na Capital de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres Srs. deputados, passo às mãos de V. Exa. para a liberação do Plenário a seguinte Moção: (Lê):

**MOÇÃO N. .... DE 1961**

Considerando que a 31 do corrente expira-se o mandato que o povo brasileiro conferiu ao Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira;

Considerando que S. Exa. assumiu o governo em época de grave crise nacional;

Considerando que desde os primeiros dias de seu governo revelou S. Exa. o propósito de conduzir o Brasil ao caminho da ordem e da legalidade democrática, pondo-se acima dos odios e das paixões políticas, que, então, ameaçavam o País com soluções extralegais;

Considerando que as metas do seu governo foram plenamente atingidas, tornando-se realidade a sua promessa de realizar em 5 anos tarefa equivalente a 50 anos de governo;

Considerando que a mudança da Capital Federal para Brasília por si só recomenda um governo tal a importância do empreendimento para a vida nacional;

Considerando que a construção das hidroelétricas de Três Marias e Furnas representam importantíssima contribuição para a industrialização de vasta região do País;

Considerando que as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre abriram o caminho para a colonização de vasta região do País, até agora inteiramente relegada ao abandono;

Considerando que as demais rodovias construídas em seu governo, como a Belo Horizonte-Brasília, São Paulo-Belo Horizonte, São Paulo-Curitiba, contribuíram para a expansão de nossa economia, facilitando a circulação das riquezas;

Considerando que foi alcançada a produção diária de 100.000 barris de petróleo, o que representa grande economia de divisas;

Considerando que S. Exa. beneficiou enormemente o nosso Estado com a implantação aqui da indústria automobilística, de tremenda importância para a economia nacional;

Considerando que essa obra gigantesca de governo foi realizada dentro da legalidade democrática, asseguradas todas as liberdades e garantias constitucionais;

Considerando, finalmente, o sentido profundamente humano que caracterizou o seu governo, jamais deixando de atender às justas reivindicações dos trabalhadores;

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, intérprete do povo paulista, manifesta ao Exce. entíssimo Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no momento em que chega ao seu término o seu mandato, os seus aplausos e o seu reconhecimento pela obra de governo profundamente humana e fecunda em realizações de alta importância para a economia nacional, que concretizou o designio patriótico de libertar o Brasil do subdesenvolvimento.

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 1961.

(Lê) Conceição da Costa Neves — Luiz Roberto Vidigal — Pinheiro Júnior — Mendonça Falcão — Farabullini Júnior — Jacob Salvador Zveibi — Osvaldo Santos Ferreira — Arminio Vasconcelos Leite — Corinto Balduino — Orlando Zancaner — Pedro Paschoal — Marco Antônio — Costabile Romano — Maurício Leite de Moraes — Murillo Sousa Reis — Benedito Matarazzo — Antônio Spampio — Hilário Tortoni, Norberto Mayer Filho — Walter Menk — Bravo Caldeira — Anacleto Campanella — Aulir Nunes Junior — Anacleto Barbosa — Alberto da Silva Azevedo — Germinial Feijó — Leônidas Ferreira — Gustavo Martini — Henrique Peres — Luciano Lepera e Chaves de Amarante

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres Srs. deputados, o atraso de concursos que se realizam no magistério público estadual chegou ao auge em 1960 quando a escolha de cadeiras dos professores do magistério primário só se efetuou em meados do ano letivo e a nomeação de mil e quinhentos professores habilitados só se fez em agosto.

Ainda, agora, estão atrasados os concursos de remoção dos diretores de grupos escolares, bem como os concursos de ingresso de inspetores escolares que sem dúvida constitui um inconveniente que se dá para os professores e diretores interessados nesses concursos.

Já tive oportunidade de formular esta tribuna, e pessoalmente junto às altas autoridades do Governo, apelo no sentido de que esses concursos sejam colocados em dia. No caso do magistério primário, reitovo o apelo formulado aqui perante o governo, no sentido de que já, o quanto antes, sejam publicadas as relações de inscritos e chamados os interessados.

Estou informado de que cerca de 10 mil professores pediram inscrição às 45 Delegacias Regionais do Estado. E o apelo que faço é a fim de que desses 10 mil professores, os 2 mil que puderem ser chamados para escolher cadeiras, sejam nomeados antes das férias de julho o ideal seria que eles fossem nomeados agora, em janeiro, antes de se iniciar o ano letivo.

Mas, dos males, Sr. Presidente, o menor. Assim também não ocorrerão as injustiças cometidas em 1960, quando mil e 500 professores, que se destinaram às piores escolas, nos lugares mais inacessíveis do interior do Estado, ficaram impedidos de se removerem por concurso, por atraso nesses mesmos concursos provenientes da Administração Estadual do Ensino, sem que para tanto tivesse contribuído direta ou indiretamente o professorado do Estado.

Reitovo o meu apelo imperioso para que desta vez possam ser atendidas estas reivindicações, sem que a Administração e o ensino sofram e os professores não fiquem prejudicados.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Coryntho Balduino Costa Júnior.

O SR. CORYNTHO BALDUINO COSTA JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, reassumindo a cadeira de deputado nesta Assembleia, embora por curto tempo, desejo fixar minha posição, em virtude da situação agitada em que vive o nosso Estado. Não abalarei um milímetro a minha posição de independência em que sempre me situei, com referência aos Executivos do Ibirapuera e dos Campos Elísios. Apesar disto não entendo a atitude de certos parlamentares nesta Casa. Refiro-me, Sr. Presidente, às duas alas divergentes: a Maioria e a Minoria, situação e oposição. Foi homem de oposição na Edifício paulistana, durante os quatro anos que lá permaneci. Fiz oposição rígida à corrupção, ao desbaratamento do dinheiro público, à má administração que imperou e ainda reina no Ibirapuera. Teve, os Anais da Câmara Municipal de São Paulo, lá estão para confirmar a autenticidade das minhas expressões. Jamais fiz oposição sistemática. Nunca a minha consciência haveria de doer por ter permitido que o bem comum fosse relegado para que superasse a minha vaidade depositor. Se alguma vez agiu certo o alcaide nos quatro anos, teve o meu aplauso. A oposição destrutiva como aqui se pretende fazer terá sempre a minha repulsa. Há, aqui, como em todo o Parlamento, uma Maioria organizada que apoia o situacionismo Estadual. No meu entender, que me perdoem os seus integrantes, com raras e honrosas exceções, é também uma Maioria errada, porque é apertada automática e votante. Uma Maioria que deixa a oposição falar à vontade, pronunciando muitas vezes coisas escabrosas que expressam inverdades a respeito do Governo Paulista, sem a mínima réplica. Tem ele as suas falhas. É constituído de uma equipe humana e pode por isto errar. Mas, é um governo fácil de ser defendido, desde que opositor nem sem atreve a macular o perfil moral do Estadista que o dirige. Não será um estadista? Lembra-me do sarcasmo com que ilustre parlamentar respondeu a um aparte meu. É estadista sim. Tem a visão do grande administrador, talvez inspirada pelos próprios princípios hereditários, da descendência ilustre da valerosa estirpe dos Rodrigues Alves. Critica-se acerbamente a execução do seu magnífico